



**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS
DE ENSINO**



KÁTIA REGINA CERON

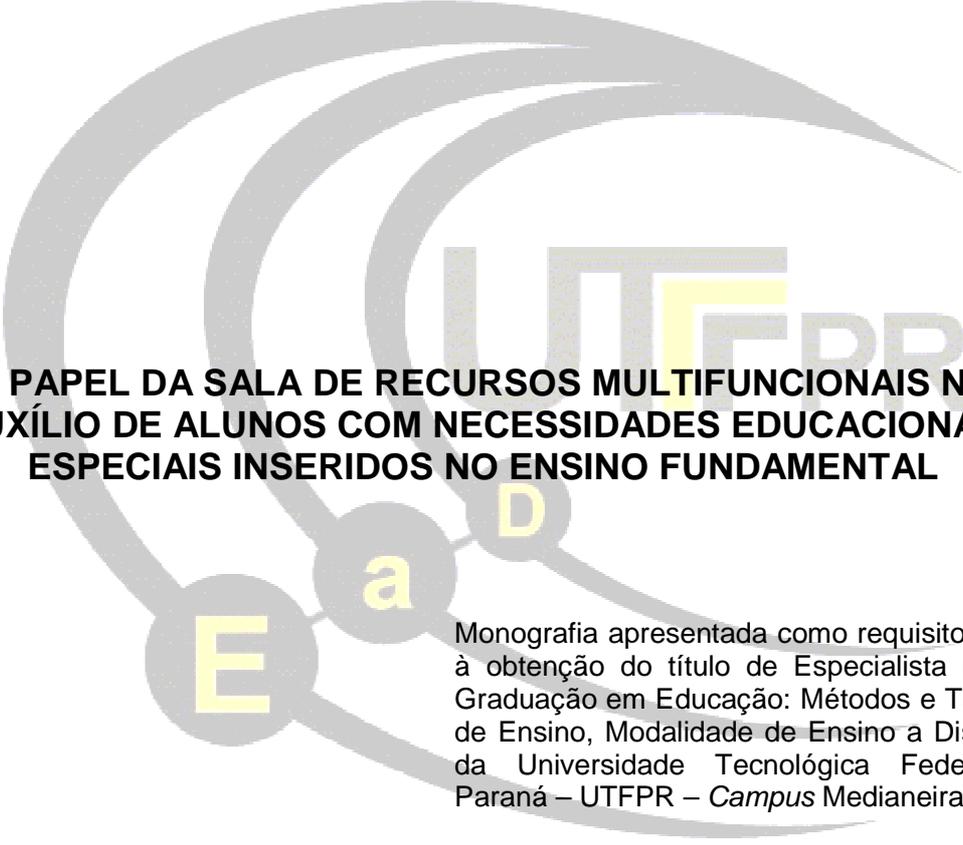
**O PAPEL DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO
AUXÍLIO A ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS INSERIDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2012

KÁTIA REGINA CERON



**O PAPEL DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO
AUXÍLIO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS INSERIDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada como requisito parcial
à obtenção do título de Especialista na Pós
Graduação em Educação: Métodos e Técnicas
de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância,
da Universidade Tecnológica Federal do
Paraná – UTFPR – *Campus* Medianeira.

Orientadora: Prof^a Maria Fatima M. Nicodem

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2012



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de
Ensino

TERMO DE APROVAÇÃO

O papel da sala de recursos multifuncionais no auxílio de alunos com necessidades educacionais especiais inseridos no ensino fundamental.

Por

Kátia Regina Ceron

Esta monografia foi apresentada às 10h10m do dia 1º de dezembro de 2012 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Medianeira. A aluna foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Professora Maria Fatima Menegazzo Nicodem
UTFPR – *Campus* Medianeira
Orientadora

Professora Doutora Ivone Teresinha Carletto de Lima
UTFPR – *Campus* Medianeira
Membro

Professora Doutora Shiderlene Vieira de Almeida
UTFPR – *Campus* Medianeira
Membro

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus que me iluminou em meus estudos, a minha filha que me incentiva a cada instante em minhas conquistas, todos os profissionais que me auxiliaram neste trabalho e aos alunos que participaram desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Agradeço também à Professora Maria Fatima Menegazzo Nicodem que me acompanhou durante a elaboração desta monografia.

“A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces.”

Aristóteles

RESUMO

CERON, Kátia Regina. **O papel da sala de recursos multifuncionais no auxílio de alunos com necessidades educacionais especiais inseridos no ensino fundamental.** Monografia de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino. Orientadora: Professora Maria Fatima Menegazzo Nicodem, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira-PR, 2012.

O presente trabalho teórico e de pesquisa objetivou abordar o papel da sala de recursos multifuncionais no auxílio de alunos com necessidades educacionais especiais inseridos no ensino fundamental. A inclusão destes alunos especiais no ensino fundamental pode acontecer de forma prazerosa pois “todos” tem o direito á educação, viver em sociedade bem como frequentar as escolas como qualquer outra criança. Ao aceitar o portador de necessidades especiais em nossas escolas dita “normal” é aceitar também as diferenças e as limitações de cada ser humano. Para que isso aconteça é necessário não apenas integrar o portador de necessidades na escola mas também dar condições para que ela possa de fato atuar na sociedade. Hoje a Lei de Diretrizes e Base da Educação garante o direito dessas crianças com atendimento preferencialmente na rede regular de ensino, com respeito e suas habilidades e individualidades, cabendo ao professor buscar esses caminhos que levem ao desenvolvimento do portador de necessidades especiais.

Palavras-chave: Sala de recursos multifuncionais. Necessidades educacionais especiais.

ABSTRACT

CERON, Kátia Regina. **The role of multifunctional room resources in helping students with special educational needs placed in primary education.** Monograph of Specialization in Education: Teaching Methods and Techniques. Advisor: Teacher Maria Fatima Menegazzo Nicodem, Federal Technological University of Paraná. Medianeira -PR, 2012.

This theoretical work and research aimed at addressing the role of multi-functional resource room in assisting students with special educational needs placed in primary education. This theoretical work and research aimed at addressing the role of room multifunction capabilities in assisting students with special educational needs inserted in elementary school. The inclusion of these special students in elementary school can happen so pleasurable because "everyone" has the right to education, to live in society as well as attend school like any child. By accepting with special needs in our schools called "normal" is also accepting the differences and limitations of each human being. For this it is necessary to not only integrate the carrier needs in school but also give conditions so that she can actually act in society. Today the Law of Guidelines and Basis of Education guarantees the right of children with atendly preferably in the regular school, with respect and their skills and individuality, being the teacher pursue these paths that lead to the development of special physical needs.

Keywords: Room multifunction capabilities. Special educational needs.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....	13
2.2 HISTÓRICO E PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL.....	14
2.3 A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL NO ESTADO DO PARANÁ ..	14
2.4 SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL TIPO I: PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO.....	15
2.5 SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL TIPO I: ORGANIZAÇÃO E ATENDIMENTO	17
2.6 O PAPEL DO PROFESSOR	18
2.7 O TRABALHO COLABORATIVO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA	19
2.8 O TRABALHO COLABORATIVO ENTRE OS PROFESSORES DA SRM E CLASSE COMUM	21
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	23
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO PESSOAL	23
3.3 PASSOS METODOLÓGICOS.....	24
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	25
4.1 GRÁFICO 1 - QUANTO AO APRENDIZADO DO ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL	25
4.2 GRÁFICO 2 - QUANTO AO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO.....	26
4.3 GRÁFICO 3 - QUANTO À SATISFAÇÃO DO ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL NA ESCOLA	27
4.4 TABELA 1 - O ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL NA ESCOLA.....	28
4.5 GRÁFICO 4 - QUANTO AO ATENDIMENTO EM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL DURANTE A REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES.....	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

INTRODUÇÃO

A ação pedagógica da Sala de Recursos Multifuncional – tipo I deve respeitar todas as particularidades do aluno, pois cada pessoa é um ser único e suas características dependem de uma série de fatores que envolvem o o desenvolvimento físico, psicológico e principalmente as relações sociais. Apesar de seus problemas com a aprendizagem, os alunos com Deficiência Intelectual, Deficiência Física, Transtornos Globais do desenvolvimento e Transtornos Funcionais Específicos trazem conhecimentos de vida bastante valiosos, que precisam ser respeitados e valorizados no dia a dia escolar.

O presente trabalho procura, dentro de uma perspectiva de aprendizagem educacional analisar os avanços próprios de alunos com deficiência e de seus familiares na conquista de espaço na sociedade e rompendo paradigmas segregativos na conquista de condições necessárias à sua participação como sujeito social.

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008 (Revista da Educação Especial, 2008) a qual, diferentemente do documento da Política Nacional da Educação Especial anterior , de 1994, traça todas as diretrizes e normas para esta modalidade educativa – a Educação Especial – pautada numa perspectiva de educação inclusiva, não mais segregativa, que não admite sequer programas substitutivos ao ensino comum, como as classes e escolas especiais; e o documento mais recente, agora com status de constituição federal, a “ Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, também conhecido como Convenção da ONU, de 2007 (BRASIL,2007).

As condições para a concretização da inclusão escolar – o caminho para uma verdadeira inclusão social – passam por decisões nos âmbitos político e administrativo dos sistemas de ensino.

Caracteriza-se como aluno de Educação Especial aquele que apresenta necessidades próprias, diferentes dos demais alunos, no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requerendo recursos

pedagógicos e metodologias educacionais específicas. As pessoas com deficiência mental. Há, ainda, a classificação segundo a orientação da Política Nacional de educação Especial (BRASIL, 1994), a saber: deficiência física, deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência Mental e deficiências múltiplas.

A inclusão escolar é uma proposta que representa valores importantes condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos. A dignidade, os direitos individuais e coletivos garantidos pela Constituição Federal impõem às autoridades e à sociedade brasileira a obrigatoriedade de efetivar a política de inclusão como um direito público para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de preparar para a vida em comunidade.

Nesta situação, deparamos com desencontros na instauração da política de inclusão escolar, já que é recorrente a ideia de que os alunos aprendem da mesma forma e no mesmo ritmo. A escola inclusiva, no entanto, tem como eixo principal o reconhecimento da diversidade e heterogeneidade dos sujeitos que a compõem.

O método de ensino na educação inclusiva deve ser capaz de garantir que o aluno se sinta motivado para enfrentar a escola e participar de atividades na sala de aula, que possua qualidade curricular e metodológica, que identifique barreiras de aprendizagem e planeje forma de removê-las, com o objetivo de que cada aluno seja contemplado e respeitado em seu processo de aprendizagem.

A escolha do tema “O PAPEL DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL NO AUXÍLIO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS INSERIDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL” para este trabalho procura refletir sobre as práticas pedagógicas nas Salas de Recursos Multifuncionais e o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular.

Assim sendo, o presente trabalho estuda e analisa a educação oferecida aos alunos com necessidades educacionais especiais, na inclusão desses alunos no ensino regular pois a escola não se constitui apenas numa referência geográfico espacial; mas um universo de convivência construtiva de desenvolvimento social, ético e cultural que envolve, necessariamente, a

educação, sobretudo a educação especial.

O estudo consiste numa pesquisa bibliográfica e questionários onde deve deixar claro que o trabalho desenvolvido na sala de recursos multifuncional deve partir de interesses, necessidades e dificuldades de aprendizagens específicas de cada aluno, oferecendo subsídios pedagógicos e contribuindo para a aprendizagem dos conteúdos da classe comum.

Carvalho (2000) afirma que a organização do atendimento educacional, baseada no paradigma da inclusão, deve procurar a remoção das barreiras para a aprendizagem. Entre as diversas barreiras existentes, a autora destaca como as mais significativas, as de cunho atitudinal. Destaca ainda o currículo e as relações curriculares, a avaliação contínua do trabalho, a intervenção psicopedagógica, a qualificação da equipe de educadores, os recursos materiais e uma nova concepção de educação especial em educação.

O presente trabalho teve como objetivo geral: oferecer ao aluno o que não é próprio do currículo escolar, propondo metas e procedimentos educacionais específicos e ações de acordo com o tipo de deficiência ou dificuldade educacional numa perspectiva de complementar as necessidades educacionais. E como objetivo específico, analisar como as intervenções que a sala de recursos multifuncional realiza para complementar as necessidades educacionais de cada aluno avaliado.

Neste atendimento são atendidos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Este atendimento é realizado em horário oposto ao turno da classe comum, deve acontecer durante duas horas diárias geralmente de duas a quatro vezes por semana, onde estes alunos terão o direito a este programa quando passar por um processo de avaliação que se inicia no contexto escolar e termina com laudos de psicólogos, fonoaudiólogos, neurológicos, psicopedagógicos e outros profissionais que integram a equipe multidisciplinar que se fazem necessário.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 BREVE HISTORICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Segundo Mantoan (2004.p 59), o desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil tem início no século 19, quando os serviços dedicados a esse segmento de nossa população, inspirados por experiências norte-americanas e europeias, foram trazidos por alguns brasileiros que se dispunham a organizar e a implementar ações isoladas e particulares para atender a pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais.

A educação de alunos com necessidades educativas especiais que tradicionalmente se apoiava apenas em um atendimento clínico e segregativo, tem se voltado atualmente na última década para a chamada educação inclusiva.

Esta educação inclusiva abrange todos os alunos e, a proposta de inclusão ganhou força com documentos internacionais entre eles, a Declaração de Salamanca (Unesco,1994). Esta propõe que “as crianças e jovens com necessidades com necessidades educativas especiais devem ter acesso á escolas regulares, e que a elas devem se adequar...” pois tais escolas “constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias construindo uma sociedade inclusiva e tingindo a educação para todos...”

A educação inclusiva teve auxílio de muitos políticos, educadores, pais, personalidades brasileiras que se identificaram com a educação de pessoas com deficiência e que ajudaram a construir a história dessa modalidade de ensino. Todos tiveram papéis fundamentais em todas as etapas desse caminhar.

O grupo de pais de crianças com deficiência mental, que são os mais numerosos e que fundaram mais de 1000 APAE em todo o Brasil, também foram de suma importância.

O movimento de pais e pessoas interessadas em defender este tema é ainda a de se organizarem em associações especializadas, gerenciadas por eles próprios, que buscam parcerias com a sociedade civil e o governo para atingir

suas metas, sendo basicamente financiados pelos poderes públicos municipal, estadual e federal.

Levando em consideração as diversas atuações no aspecto da vida social, os movimentos ainda não são fortes no que diz respeito as prerrogativas educacionais, aos processos escolares, notadamente os inclusivos.

2.2 HISTÓRICO E PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), do Ministério da Educação (MEC), defende o direito de todos os educandos estudarem na mesma escola e recomenda a matrícula obrigatória de alunos com deficiências (intelectual, física neuromotora, visual e surdez), transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação em escolas comuns de ensino. Nesta perspectiva, a Educação Especial está desenhada como modalidade de ensino inserida em todos os níveis da educação escolar de séries iniciais às séries finais do ensino fundamental.

Desta forma, a educação especial, de acordo com a atual Política do MEC, deve garantir o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é definido pelo Decreto Federal 7.611/11, no § 1º do art 2º, alíneas 'I e II'.

De acordo com a referida legislação federal, o AEE deve ser organizado nas escolas da rede regular de ensino em espaços constituídos de mobiliários, materiais didáticos diversos, recursos pedagógicos e de acessibilidade, equipamentos específicos ao aluno de acordo com sua necessidade educativa e de professores com formação em educação especial, devendo ser realizado preferencialmente em Sala de recursos Multifuncional – tipo I.

2.3 A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL NO ESTADO DO PARANÁ.

No Estado do Paraná, em cumprimento aos preceitos legais e às

recomendações de documentos nacionais e internacionais que destacam diretrizes para a construção de espaços educacionais inclusivos, ab oferta de serviços de apoio complementar e suplementar especializado nas escolas da rede pública de ensino para o público-alvo da educação especial, acrescido dos transtornos funcionais específicos, é organizada em Sala de Recursos Multifuncional (SRM), Centro de Atendimento Especializado (CAE), Professor de Apoio a Comunicação Alternativa (PAC) Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE) e Intérprete de LIBRAS.

Nesta situação abordaremos apenas as o serviço de apoio complementar especializado realizado nas SRM–tipo I, normatizadas pela Instrução n.º 014/11SEED/SUED –Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Instrução n.º 016/11SEED/SUED –Educação Básica, área da deficiência intelectual (DI), deficiência física neuromotora (DFN), transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e transtornos funcionais específicos (TFE).

2.4 SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL – TIPO I: PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO

No cenário nacional, o Paraná coloca-se na vanguarda das políticas de Educação Especial. A oferta de serviços especializados na rede pública teve início no ano de 1958 com a criação, naquele momento, da primeira classe especial na rede pública, em Curitiba. Desde então, o atendimento educacional especializado vem sendo ressignificado e ampliado de acordo com o momento histórico e paradigma vigente.(SEED,Paraná,2008).

Para alunos com Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtorno Global do Desenvolvimento e Transtorno Funcional Específico, atualmente, a política de educação especial no estado do Paraná, dentro da perspectiva de inclusão, tem investido na ampliação de serviços de apoio complementar à escolarização no contexto da escola regular, por meio das SRM – tipo I.

O atendimento especializado complementar iniciou com a oferta de Sala de aulas de Recursos (SR) – séries iniciais do ensino fundamental, em 1998, com implantação gradativa nas escolas da rede pública estadual e municipal. A estruturação pedagógica e administrativa da SR se efetivou através de consultorias e ampla discussão de trabalho, com a participação de professores, profissionais dos 32 Núcleos Regionais de Educação (NREs) e representantes das Secretarias Municipais de Educação (SME).(SEED,Paraná,2008).

Desta data então, o trabalho pedagógico realizado nestas Sala de Recursos, de forma geral, muito contribuiu para o sucesso acadêmico dos alunos atendidos, que alcançaram promoção e êxito no segmento de sua escolarização, fato este que impulsionou ainda mais e de sobremaneira a SEED/DEEIN, em 2004, a implantar também a Sala de Recursos - séries finais do ensino fundamental.

Desta data então, o trabalho pedagógico realizado nestas Sala de Recursos, de forma geral, muito contribuiu para o sucesso acadêmico dos alunos atendidos, que alcançaram promoção e êxito no segmento de sua escolarização, fato este que impulsionou ainda mais e de sobremaneira a SEED/DEEIN, em 2004, a implantar também a Sala de Recursos - séries finais do ensino fundamental.

Desta forma, o Estado do Paraná que já contava com um número significativo de Sala de Recursos autorizadas (aproximadamente 1.704) nas escolas estaduais e municipais, que passou ofertar também as Salas de Recursos Multifuncionais–tipo I.

No decorrer dos 3 anos seguintes, o DEEIN constatou uma duplicidade no trabalho pedagógico e na organização administrativa desses dois serviços complementares (Sala de Recursos e Sala de Recursos Multifuncionais). Diante desta constatação, em 2011 este DEEIN efetivou a unificação dos atendimentos nas áreas da DI(deficiência intelectual), DFN(dificuldade física neuromotora), TGD(transtorno global do desenvolvimento) e TFE(transtorno funcional específico), através da Resolução nº 4459/11 de 20 de outubro de 2011, alterando a partir do início do ano de 2012 a denominação de Sala de Recursos -séries

iniciais e/ou finais, área da DI(deficiência intelectual) e TFE(transtornos funcionais específicos); Sala de Recursos –séries iniciais e/ou finais área do TGD(transtorno global do desenvolvimento) para Sala de Recursos Multifuncionais – tipo I , para a oferta na Educação Básica, nas áreas da DI, DFN, TGD e TFE, ampliando este atendimento educacional especializado para o Ensino Médio.

Ainda de acordo com dados estatísticos da SEED(2008), atualmente o Paraná conta com 1.401 SRM–tipo I, devidamente autorizadas na rede estadual (anos finais e ensino médio).

A organização do referido serviço foi normatizado através da Instrução própria nº016/2011 –SEED/SUED, que dentre vários itens, estabelece critérios para o atendimento educacional especializado em Sala de Recursos Multifuncionais – tipo I, nas áreas da DI, DFN, TGD e TFE.

Ainda, no mesmo sentido quanto a inclusão para o atendimento às especificidades de jovens e adultos egressos dos serviços da educação especial que encontram-se matriculados na modalidade da Educação de Jovens e Adultos -EJA, este DEEIN implantou as SRM –tipo I, área da DI, DFN, TGD e TFE, normatizadas pela Instrução nº 014/11 –SEED/SUED.

2.5 SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL – TIPO I: ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

A Sala de Recursos Multifuncional –tipo I, ofertada na educação básica e na EJA, é um atendimento educacional especializado de natureza pedagógica, que complementa a escolarização de alunos que apresentam DI, DFN, TGD e TFE, matriculados no ensino fundamental e médio (Instrução nº 016/11) e EJA (instrução nº 014/11).

A Sala de Recursos Multifuncional – tipo I poderá ser autorizada em escolas de ensino comum, em espaço físico adequado e com acessibilidade, ser provida de materiais didáticos, recursos pedagógicos específicos adaptados, equipamentos tecnológicos e mobiliários.

Este serviço de apoio complementar especializado deverá obrigatoriamente estar contemplado no Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar, devendo ser organizado de forma a atender as necessidades específicas de aprendizagem dos alunos que nele estejam matriculados.

O trabalho pedagógico especializado da Sala de Recursos Multifuncional – tipo I se diferencia completamente da escolarização da classe comum. Não deve ser uma atividade que tenha como objetivo desenvolver conteúdos acadêmicos, tais como língua portuguesa e matemática, tampouco ser confundido como reforço escolar ou ainda com aula particular, mas deve propiciar condições para o desenvolvimento de habilidades cognitivas básicas indispensáveis à aprendizagem dos conteúdos disciplinares trabalhados na escola, bem como de habilidades práticas, sociais e conceituais. É um serviço especializado que complementa a escolarização do aluno na classe comum, objetivando a independência e autonomia na escola, família e sociedade bem como o desenvolvimento e a superação das dificuldades acadêmicas e conteúdos defasados de leitura, escrita e conceitos matemáticos; a melhoria da autoestima e criatividade e o desenvolvimento das habilidades cognitivas e adaptativas.

De acordo com a SEED/Paraná (2008), para atingir todos estes objetivos o professor especializado que atua na Sala de Recursos Multifuncional – tipo I, deve ousar e propor diferentes formas de trabalho pedagógico, devendo permear todas as instâncias da escola, estabelecendo cumplicidade de trabalho com a direção, equipe pedagógica, professores de disciplinas e principalmente com a família. Logo, o trabalho deste serviço de apoio complementar especializado deve ser organizado em 3 (três) eixos:

- atendimento individual ao aluno;
- trabalho colaborativo com professores da classe comum;
- trabalho colaborativo com a família.

2.6 O PAPEL DO PROFESSOR

O professor comprometido com seu trabalho e formador de conceitos pode ser agente de mudança numa época de exigência e de modernidade, desde que seja devidamente treinado para avaliar e intervir no âmbito das especificidades de cada educando com necessidades educacionais especiais ou não, deve consolidar em um aprendizado mais eficaz e prazeroso, levando todo aluno a ter um processo de ensino aprendizagem com sucesso e, conseqüentemente torná-lo mais competente e independente para resolver as exigências que a vida cotidiana requer em seu contexto cultural e social.

O professor deve assumir o papel de motivador na aprendizagem do aluno, sensibilizando-o para a construção do conhecimento, propiciando na SRM –tipo I um clima sócio-afetivo favorável para o alcance da autonomia intelectual, moral e social do aluno. Durante este trabalho pedagógico o professor deve ser um questionador e desafiador, de forma a encorajar seus alunos a ter iniciativas e agir de forma mais independente possível.

O professor deve conhecer as diferenças de aprendizagem de cada criança de forma a organizar seu trabalho e programação didática.

Do ponto de vista de Fonseca (2001), os conteúdos são importantes, mas aprender a aprender é fundamental, porque alguns conteúdos podem perder atualidade, enquanto as estratégias e os processos de aprendizagem se mantêm, podem ser modificados e desenvolvidos.

O educando com necessidades educacionais especiais apresenta debilidades e limitações, mas nunca devem ser subestimados.

O atendimento à criança com necessidades educacionais especiais deve ocorrer sem pressa, de forma gradual, pois estas crianças não conseguem absorver grande número de informações ao mesmo tempo ou em períodos iguais de tempo. Também não deve ser apresentada, a estas crianças, informações isoladas ou mecânicas, de forma que a aprendizagem deve ocorrer de forma facilitada, através de momentos prazerosos e estimulantes.

2.7 O TRABALHO COLABORATIVO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA

Uma relação saudável com a família do educando que frequenta Sala de Recursos Multifuncional –tipo I é fundamental para o sucesso da aprendizagem do mesmo. A escola e a família devem ser parceiras no que diz respeito ao desenvolvimento do educando/filho, pois muitas das respostas às necessidades educacionais especiais surgem entre um diálogo e ações coordenadas entre estes dois segmentos.

Relações claras sobre as responsabilidades que competem a cada um dos segmentos possibilitarão traçar intervenções pedagógicas específicas relevantes na área cognitiva e afetiva emocional, conseqüente na aprendizagem dos conteúdos acadêmicos.

A família precisa assumir suas responsabilidades na escolarização de seu filho, como por exemplo: mostrar interesse pela aprendizagem; acompanhar as tarefas escolares para serem realizadas em casa; cobrar dos filhos a assiduidade e frequência tanto na classe comum, como na SRM –tipo I; verificar se o material escolar está em ordem; participar de reuniões na escola; mostrar ao filho a importância de cumprir as regras da escola; entre outras.

Por sua vez, a escola deve envolver a família na elaboração do projeto político pedagógico; assumir a responsabilidade de prever e prover o apoio especializado à escolarização do aluno; elaborar projetos educativos em parceria com a família e comunidade em geral; promover reuniões, palestras, grupos de estudos com temas de interesses dos pais; manter os pais informados quanto ao progresso do processo de escolarização de seu filho; realizar encaminhamentos externos à escola quando se fizer necessário.

Finalizando, a colaboração entre escola e família se resume em uma cumplicidade de responsabilidades, onde cada uma das partes assume seu papel para formar uma rede de apoio às necessidades educacionais especiais dos alunos com DI, DFN, TGD e TFE.

2.8 TRABALHO COLABORATIVO ENTRE OS PROFESSORES DA SRM –TIPO I E CLASSE COMUM

A inclusão de alunos com DI, DFN, TGD e TFE é um grande desafio, pois muitos professores da classe comum alegam desconhecimento para o atendimento pedagógico a esse grupo de alunos, apoiados em um discurso de que não foram preparados para ensinar alunos com necessidades educacionais especiais.

Diante desta realidade, é fundamental que o professor da classe comum seja orientado na busca de novas práticas educativas. Por sua vez, os professores da educação especial, por terem especialização específica e por acumularem conhecimentos no trabalho pedagógico com alunos com DI, DFN, TGD e TFE, devem atuar como apoio aos professores das diferentes disciplinas na escolarização desses alunos no contexto comum de ensino.

Desta forma, Brizolla (2009) destaca que a educação especial e o ensino comum devem estabelecer um trabalho de cooperação, pois se de um lado a educação especial dispõe de serviços e recursos especializados para o atendimento das especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, por outro lado, o ensino comum responsabiliza-se pela escolarização desses alunos.

Nesse sentido, estabelece-se uma relação de parceria e colaboração entre os níveis educacionais e a modalidade de educação especial, na qual uma categoria depende da outra para a realização do trabalho pedagógico, ou seja, cooperam.

Para que o trabalho colaborativo entre o professor da SRM –tipo I e das diferentes disciplinas ocorra com sucesso é necessário que os profissionais envolvidos mantenham um diálogo constante, somem suas responsabilidades quanto ao processo de ensino, e após conhecer as necessidades e potencialidades do aluno, estabeleçam objetivos comuns a serem alcançados, como possibilitar o acesso e flexibilização curricular, avaliação diferenciada, organização de metodologias, estratégias pedagógicas de forma a atender as

necessidades educacionais especiais dos alunos.`

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste trabalho de monografia procuramos, por meio de pesquisa bibliográfica e observando uma sala de recursos, analisar o real papel da Sala de recursos Multifuncional junto ao aluno portador de necessidades educacionais especiais a adquirir conceitos e desenvolver melhor o processo de ensino aprendizagem destes alunos inseridos do primeiro ao quinto ano das séries iniciais no ensino fundamental.

Os dados foram coletados em livros, revistas, sites de informações disponíveis na internet que contenham assuntos pertinentes ao trabalho bem como algumas questões direcionadas aos 20 alunos que frequentam a Sala de recursos Multifuncional – Tipo I da Escola Municipal Dácia Figueiredo Fortes, desta cidade.

O Atendimento Educacional Especializado decorre de uma nova concepção da Educação Especial, sustentada legalmente, e é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Esse atendimento existe com o intuito de que possam aprender o que é diferente dos conteúdos curriculares do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência e seguir com sucesso seus estudos. Trata-se de barreiras referentes à maneira de lidar com o saber em geral, fato que reflete preponderantemente na construção do conhecimento escolar diário do educando.

O Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncional – tipo I, deve procurar propiciar aos alunos com dificuldades educativas condições de passar de um tipo de ação automática, mecânica e robotizada diante de uma situação de aprendizado/ experiência, regulações automáticas para um outro tipo, que lhe possibilite selecionar e optar pelos meios que julguem mais convenientes para agir intelectualmente de modo confiante e prazeroso em suas atividades acadêmicas.

O Atendimento Educacional Especializado para tais alunos deve, portanto, privilegiar o desenvolvimento e a superação de seus limites intelectuais, mentais, cognitivos e da linguagem oral, escrita e matemática.

A criança sem deficiência intelectual consegue espontaneamente retirar informações do objeto e construir conceitos, progressivamente, já a criança com deficiência intelectual necessita exercitar sua atividade cognitiva, de modo que consiga o mesmo, ou uma aproximação do mesmo avanço de modo independente e confiante em si próprio.

Esse exercício intelectual desenvolvido em Sala de Recursos multifuncional, implica em trabalhar a abstração, através da projeção das ações práticas do pensamento, a projeção e a coordenação de ações práticas do dia a dia e do pensamento pois devem fazer parte de um processo cognitivo ideal, que deve constantemente ser estimulada e provocada, para que consigam interiorizar o conhecimento e fazer uso dele, oportunamente e espontaneamente.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Municipal Dácia Figueiredo Fortes está situada na cidade de Paranavaí, estado do Paraná, no bairro denominado Jardim São Jorge. Seu funcionamento acontece em período integral de estudos.

A escola possui 166 alunos, distribuídos em 09 turmas, sendo 6 turmas do 1º ano ao 5ºano, 1 Sala de Recursos Multifuncional – tipo I, 1 Classe Especial e 1 sala de aula para alunos portadores de deficiência visual.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO PESSOAL

A escola Dácia Figueiredo Fortes possui 29 membros distribuídos da seguinte forma: 18 professores, 4 pessoas da equipe da direção, 5 ajudantes de serviços gerais e 2 cozinheiras.

A percepção das professoras sobre o papel da família na inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva.

Algumas professoras afirmam enfrentar algumas dificuldades no processo

ensino-aprendizagem, assim como em interagir com os estes alunos. Justificam com a pouca experiência da linguagem gestual, a turma sobrelotada são alguns dos fatores que dificultam o seu melhor desempenho no trato com estes alunos portadores de deficiência educacional especial.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994,p.35) o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em que todos os alunos devem aprender juntos, independentemente, das dificuldades e das diferenças que apresentem. Portanto, é preciso, um conjunto de apoios e serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola.

Percebe-se que existe pouca, colaboração/integração das famílias no processo de inclusão desses alunos, isto porque, a maioria dos pais aparecem na escola somente quando são chamados, ou raras vezes por reuniões. Nesta linha concordamos com Lopes *et al* (SD), ao afirmar que a participação da família é de suma importância no movimento da inclusão, seja de forma individualizada ou por meio de suas organizações, é fundamental a sua participação, para que a continuidade histórica da luta por sociedades mais justas para seus filhos seja garantida. É importante que, busquem conhecer para participar, dando o exemplo de cidadania, e servir, como um veículo por meio do qual seus filhos possam aprender para a ser, Lopes *et al* (S/D).

No que se refere ao que a escola espera dos pais, deveriam, acompanhar no trabalho de casa, nas atividades desenvolvidas pela escola, e sobretudo no processo de desenvolvimento dos filhos, na comunicação estabelecida com a escola, porque o que está em jogo é a própria educação dos filhos.

3.3 PASSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para a elaboração desta monografia foi realizada uma pesquisa bibliográfica em jornais, revistas, livros, leis, sites da internet que falam do assunto e pesquisa de campo, conforme exposto nos itens anteriores.

A pesquisa de campo foi realizada na Escola Municipal Dácia Figueiredo

Fortes de ensino fundamental , com os alunos da Sala de Recursos Multifuncional – tipo I.

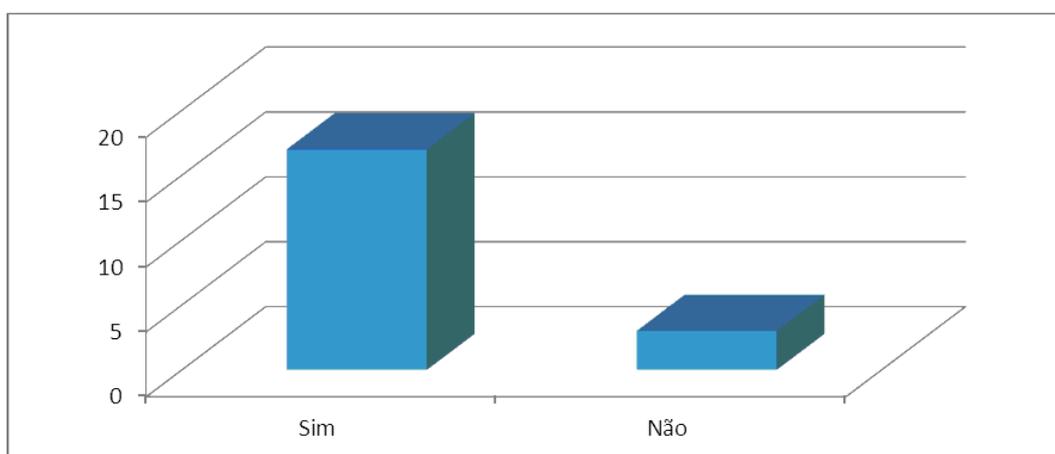
A análise é quantitativa e qualitativa focada nos dados de uma pesquisa que utilizou a aplicação de questionários aos alunos com necessidades especiais das instituições de ensino.

A seguir estão apresentados e analisados os dados e resultados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE DADOS

4.1 GRÁFICO 1: QUANTO AO APRENDIZADO DO ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL

1-Você está aprendendo os conteúdos com facilidade?



O acesso ao currículo implica em conhecer o aluno, reconhecer suas capacidades, para então prover as condições que possibilitem sua participação eficaz e efetiva no processo de ensino aprendizagem.

De acordo com o antropólogo Claude Levi-Strauss (apud BRASIL,2002 p.13), as diferenças existem, devem ser conhecidas e assumidas e não escolhidas. Somos natural e biologicamente diferentes. Isso não quer dizer que necessariamente, devemos ser iguais. Diferença e desigualdade não são a mesma coisa.

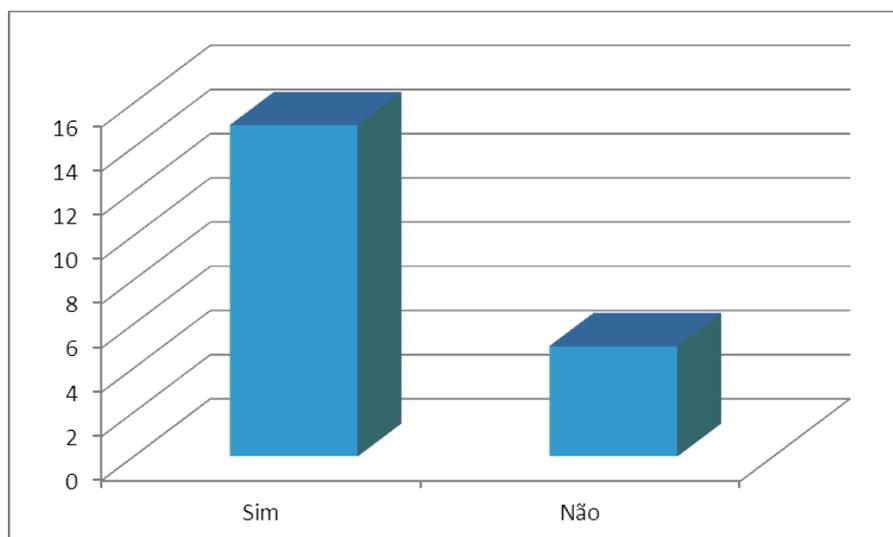
Entre os alunos entrevistados 14 declararam que aprendem de forma efetiva, conseguem notas, realizam todas as atividades em sala de aula. Já 06 alunos necessitam de mais estratégias para conseguir e melhorar seu aprendizado para que esse se torne efetivo, necessitam de orientação individualizada do professor, tempo maior para concluir as atividades propostas .

Foi possível observar que a maioria dos alunos estão satisfeitos em seu

processo educacional , pois recebem apoio necessário por parte dos educadores em sala de ensino regular, professor de sala de recursos multifuncional e colegas, o que leva a um maior desempenho educacional.

4.2 GRÁFICO 2: QUANTO AO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

2-Você acha suficiente o atendimento que você recebe na Sala de recursos Multifuncional – tipo I ?



Sabemos que no cotidiano escolar, manifesta-se uma multiplicidade de alunos com problemas de aprendizagem e de comportamento, mas que, na maioria das vezes, eles não são identificados e atendidos nas suas reais necessidades. Muitos destes problemas de aprendizagem e de comportamento, mas que, na maioria das vezes, eles não são identificados e atendidos nas suas reais necessidades. Muitos destes problemas observados se distanciam da formação do docente, da prática e da ação pedagógica, muitas vezes as medidas de intervenção aplicadas são incompatíveis com as necessidades educacionais especiais e por consequência, em sala de aula do ensino regular, não consegue alcançar o resultado esperado.

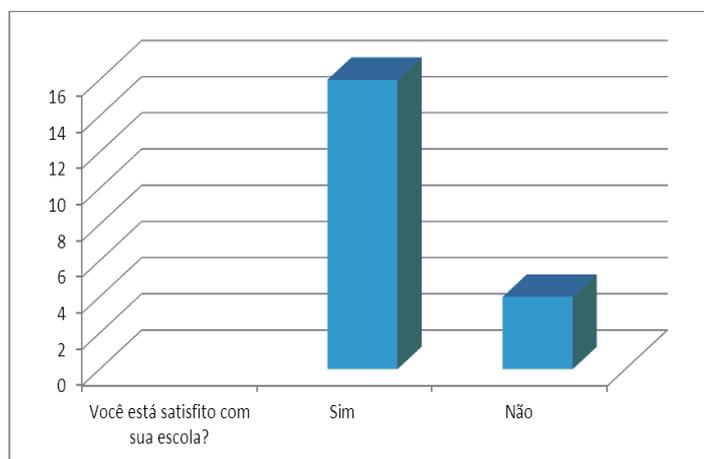
Os alunos possuem opiniões positivas e diversificadas sobre a questão pois este fator possui uma influência da necessidade de cada aluno, sobretudo da estrutura física e humana oferecida pela escola.

Os alunos em Sala de Recursos Multifuncional –tipo I, geralmente conseguem realizar todas as atividades propostas pois diversos fatores contribuem para isto, tais como a quantidade de alunos em sala por horário de atendimento é bem menor que na sala do ensino regular, a professora de recursos se faz presente a todo instante dando orientações individualizadas a cada dificuldade encontrada o que contribui para a maior concentração do aluno na realização de seus estudos, bem como o tempo para resolver suas atividades é bem maior.

Do total dos alunos entrevistados, 15 deles acreditam que a quantidade de aulas dedicadas ao estudo na sala de recursos multifuncional – tipo I são suficientes para o complemento de seus estudos, já 05 destes alunos acreditam que deveriam ter mais aulas na sala de recursos multifuncional – tipo I para que possa realizar e compreender alguns conteúdos que são inseguros ao realizar.

4.3 GRÁFICO 3: QUANTO À SATISFAÇÃO DO ALUNO COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA.

3-Você está satisfeito com a sua escola?



A satisfação dos alunos perante à escola é variada, 15 dos alunos entrevistados estão satisfeitos com o ambiente escolar que frequentam. O restante destes alunos acreditam que existem aspectos que necessitam ser melhorados em sua escola.

O fator satisfação é influenciado por diversos aspectos como amizade, comunicação, inclusão, relação com professores e estrutura física e humana oferecida pela escola.

Devemos pensar que todo sujeito, independente do seu estado físico ou psíquico, tem sua história pessoal, familiar e social, e que necessariamente precisa resguardar, respeitar e possibilitar sua subjetividade, sendo este pressuposto para qualquer ação educacional. Toda ação que leve a objetização do ser humano modifica sua identidade. A força que impulsiona a subjetividade não é dada de uma só vez, mas construída no decorrer de sua existência .

Neste sentido, nós todos estamos, em todos os momentos, referenciando, possibilitando e fortalecendo a construção de sujeitos críticos e democráticos.

4.4 TABELA 1: QUANTO À SATISFAÇÃO DO ALUNO COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA.

	Satisfeito	Não satisfeito
Amizade	61,00%	39,00%
Comunicação	55,00%	45,00%
Inclusão	87,00%	13,00%
Relação com os professores	70,00%	30,00%
Estrutura Física	40,00%	60,00%

Tabela 1: Satisfação do aluno com necessidades especiais na escola

Baseado na opinião dos alunos com necessidades especiais pode inferir que 87,00% estão satisfeitos com a inclusão e a relação com os professores, já 13,00% acreditam que existem aspectos que necessitam ser melhorados na inclusão existente e a relação com os seus professores. Outro dado relevante é que 61,00% possuem amizade no ambiente escolar, já 39,00% enfrentam dificuldades para construir esses laços com seus colegas. A comunicação é realizada de forma satisfatória por parte de 55,00% dos entrevistados, mas 45,00% possuem dificuldades em se comunicar com as demais pessoas da escola, na estrutura física da escola. Os 40,00% dos alunos entrevistados estão satisfeitos, mas 60,00% acreditam que a escola deve ser melhorado no item estrutural.

A acessibilidade engloba um conjunto de condições que garante o direito do aluno à escola, incluindo desde a adequação de espaço físico (prédio), dos mobiliários (carteira, caderno, mesa, etc), a aquisição e adaptação de equipamentos (computador), materiais pedagógicos (lápis, cadernos, entre outros), até a flexibilização dos procedimentos didáticos pedagógicos (objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação), considerando sua comunicação alternativa.

Ainda em relação ao espaço físico, no contexto escolar há alunos que, para a sua locomoção, utilizam-se de cadeiras de rodas, muletas, andadores, entre outros e necessitam que os espaços sejam modificados. Visando a sua autonomia e independência, faz-se necessariamente promover a acessibilidade física eliminando todas as formas e barreiras que impedem sua participação.

E por barreiras entende-se "qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança e a possibilidade das pessoas se comunicarem ou terem acesso as informações "(BRASIL, 2004, p.11).

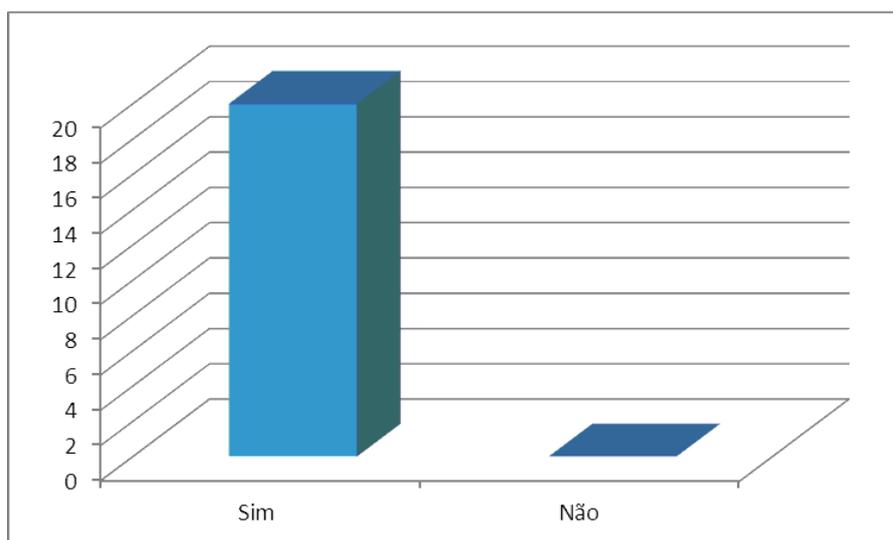
Todos os alunos entrevistados possuem alguma dificuldade na escola, tanto no que se refere a aprendizagem, em relação a estrutura física ou na amizade com os demais alunos.

Sendo assim a inclusão é um fator que engloba os demais aspectos apresentados pelos alunos entrevistados que fazem com que os educandos com

necessidades especiais, apesar das dificuldades encontradas, sintam-se parte integrante da escola que frequentam.

Pode-se concluir que está havendo uma grande evolução do Estado juntamente com a sociedade no processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas comuns, existe um grande apoio para os alunos com necessidades especiais nas escolas citada, porém existem diversas melhorias humanas e físicas que podem ser realizadas para que nossa escola pratique todos os princípios que são assegurados pelo ordenamento jurídico para uma efetiva inclusão social nas escolas públicas. Dessa maneira observe-se que os alunos se sentem incluídos e, em grande parte, aprendem de forma efetiva frequentando ou não uma Sala de Recursos Multifuncional.

4.5 QUANTO AO ATENDIMENTO EM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL TIPO 1 DURANTE A REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES EM SALA DE AULA REGULAR



Segundo as informações observadas neste gráfico, todos os 20 alunos entrevistados concordam que a Sala de Recursos Multifuncional tipo – I, auxilia de forma positiva na realização das avaliações em sala de aula do ensino regular, dizem que lembram das dicas dadas pela professora de recursos, das atividades

realizadas , os exercícios fixados, as dúvidas que foram sanadas em algumas matérias, principalmente quando se relacionam com interpretações de textos, situações problemas, questões de geografia e, ciências e história.

Atualmente, a avaliação da aprendizagem escolar, além de ser praticada com tal independência do processo de ensino/aprendizagem, vem ganhando aspectos de independência da relação professor/aluno. As provas e exames são realizados conforme o interesse do professor e do sistema de ensino. Nem sempre se leva em consideração o que foi ensinado.

"Mais importante do que ser uma oportunidade de aprendizagem significativa, a avaliação tem sido uma oportunidade de prova de resistência do aluno aos ataques do professor"(Luckesi,2002,p.23).

As notas são operadas como se nada tivessem a ver com a aprendizagem.a concepção de avaliação deve ir além de uma visão tradicional, que visa apenas o controle extremo do aluno mediante notas ou conceitos, para ser compreendida como parte integrante ao processo educacional... o conceito "avaliação" é formulado a partir das determinações da conduta de "atribuir um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou curso de ação ...", que por si, implica em posicionamento positivo ou negativo em relação ao objeto, ato ou curso de ação avaliado.(Luckesi,1998,p.76).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho dos educadores com os alunos que apresentam algum tipo de necessidade educativa especial corresponde à assistência e à educação, oferecendo um atendimento comprometido com o desenvolvimento da criança em seus aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais. (LDB/ 1996)

Ao longo deste século o estudo da criança e a visão sobre a inclusão como processo social tem alcançado grande movimento.

Os estudos teóricos nesta área e as lutas políticas em defesa das crianças com alguma deficiência têm apontado para a construção social, enquanto sujeitos sociais de plenos direitos. Contudo, estas crianças são sujeitos marcados pelas contradições da sociedade em que vivemos.

A partir da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a criança no Brasil passa a ser objeto da legislação, sob outro enfoque que o das legislações anteriores.

Assim, os direitos sociais e fundamentais das crianças são reconhecidos evidenciando que no atual contexto social brasileiro a criança é reconhecida como sujeito social de direitos e que a educação deve ser garantida à todos, enquanto dever do Estado e opção da família.

Atualmente a "inclusão " passa por uma mudança no modo de vermos o outro, de agirmos para que todos tenham seus direitos respeitados." (Mantoan, 2001).p.34

Seguindo esta colocação, compreende-se que quando falamos sobre educação inclusiva não especificamos a quem, mas, visamos uma educação de qualidade, comprometida com cada sujeito, de modo que não o separe sob nenhuma razão. Há diversidade sim, mas precisamos olhá-la como realidade. É a diversidade que conduz o processo ensino-aprendizagem. São as opiniões e as divergências que impulsionam as reflexões que nos fazem crescer e amadurecer como pessoa.

Cada educando aprende e se relaciona com os demais de maneira singular,

pois trazemos conosco uma história diferente. Nossas crenças e valores não se desvinculam de nós em nenhum instante. Direcionar nossa atenção apenas a crianças com necessidades específicas não vai mudar o sistema de ensino onde muitas crianças ainda reprovam porque não "compreenderam" algumas equações ou não escrevem em letras cursivas ou ainda não decoraram toda a tabuada e os verbos que o professor quer, no presente, pretérito mais-que-perfeito, futuro do presente, etc.

Só podemos cultivar a inclusão numa experiência inclusiva. Só podemos cultivar uma prática pedagógica inclusiva e para todos se assim for vivenciado, mas, para vivenciar, precisamos buscar ou refletir sobre nossas ações, sobre nossas experiências. Cada um de nós é responsável por compreender as regras ou princípios que conduzem sua forma de pensamento.

O processo de inclusão e o trabalho da Sala de Recursos Multifuncional – tipo I está além de aceitar as diferenças, ele tem início por parte daquele que está inicialmente mais próximo dos alunos ou crianças: o educador, independente da faixa etária em que atua: educação infantil, ensino fundamental, etc.

Adaptar o espaço físico interno e externo para atender crianças com necessidades educacionais especiais conforme normas de acessibilidade.

Desse modo prioriza-se a valorização da dimensão humana, da criança cidadã com seus direitos fundamentais e deveres garantidos, desde seus primeiros anos de vida.

Em 1990 surge o movimento em prol da sociedade inclusiva iniciado pelas Nações Unidas, mediante Resolução desse organismo em defesa de uma Sociedade para Todos, configurando assim a normativa universal que fundamenta a implantação da inclusão. Essa abrangência foi definida no âmbito educacional, em 1994, através do conhecido Encontro de Salamanca (Espanha) resultando o documento "Declaração de Salamanca", assinado por diversos países. Tal documento, que marcou época, determina a transformação das instituições educacionais em "Escolas para Todos", que têm como princípio orientador a inclusão de todo aluno, em seu contexto educacional e comunitário.

Nessa nova perspectiva, a educação assume as funções: social, cultural e

política, garantindo dessa forma, além das necessidades básicas (afetivas, físicas e cognitivas) essenciais ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, a construção do conhecimento de forma significativa, através das interações que estabelece com o meio.

A escola inclusiva promove a oportunidade de convívio com a diversidade e singularidade, a participação de alunos e pais na comunidade de forma aberta, flexível e acolhedora e a Sala de Recursos Multifuncional –tipo I vem auxiliar numa inclusão responsável.

O educador precisa buscar uma referência que o faça compreender a inclusão na sua complexidade, complexidade que envolve tanto o sentimento daquele a ser incluso como também a postura da instituição e da família diante da questão pública da educação especial.

As intervenções pedagógicas na Sala de Recursos Multifuncional – tipo I devem, primeiramente, trabalhar o desenvolvimento das funções cognitivas, responsáveis pelo ato de aprender. Desta forma, é de suma importância que o professor especializado detenha o conhecimento de uma fundamentação teórica sobre os processos de desenvolvimento humano e de aprendizagem. Diante de inúmeras teorias de aprendizagem, fizemos a opção de pautar este texto em duas abordagens que podem auxiliar o professor no trabalho complementar especializado: a teoria sócio-histórica abordada por Vigotsky e o construtivismo abordado por Piaget, pois se considera que este referencial respalda satisfatoriamente as práticas pedagógicas inclusivas.

Na abordagem Vigotskyana, o professor da Sala de Recursos Multifuncional – tipo I deve ter como foco as potencialidades e possibilidades de desenvolvimento do seu aluno, considerando as relações sociais por ele vividas, ou seja, o que ele pode vir a aprender e saber. Nesta perspectiva, destaca-se que é essencial oferecer possibilidades de aprendizado para este aluno, sendo a Sala de Recursos Multifuncional – tipo I um espaço privilegiado de desenvolvimento das funções psicológicas superiores: memória, percepção, abstração, atenção e linguagem.

Ancorados na teoria cognitiva de Piaget, acredita-se que o grupo de aluno

atendidos na Sala de Recursos Multifuncional – tipo I, tem possibilidades de se desenvolver pedagogicamente, desde que a escola ofereça a eles estratégias de desenvolvimento das estruturas mentais e estimulação do funcionamento intelectual.

Assim, o professor deve propor situações de aprendizagem que estimulem a atividade intelectual, pois a inteligência se estrutura a partir de seu próprio funcionamento. De acordo com a teoria Piagetiana, as intervenções pedagógicas na Sala de Recursos Multifuncional – tipo I devem: possibilitar a evolução de um estágio de desenvolvimento para o subseqüente; facilitar a aquisição de conceitos defasados, respeitando o nível cognitivo de cada um; propor atividades através de jogos, vivências e materiais concretos que provoquem a aprendizagem; partir do conhecimento que o aluno possui, investigar suas necessidades e possibilitar-lhe novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Rosana Aparecida. **Educação e Inclusão Escolar: A prática pedagógica da Sala de Recursos de 5ª a 8ª séries**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Área de Concentração: Aprendizagem e Ação Docente, da Universidade de Maringá, Maringá, 2008.

ARNHEIM, R. **Arte & Percepção Visual: uma Psicologia da visão criadora**. 8.ed. São Paulo: Pioneira, 1994. 503p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n 9394/96**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 02/04/2012.

BRASIL. **Lei n 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação.

BRASIL. **Lei no 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL.Ministério da Educação.Secretaria de Educação Especial. **Estratégias e orientações pedagógicas para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais:Dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência física**.Brasília: MEC/SEESP, 2002 b.

BRASIL.Ministério da Educação.Secretaria de Educação Especial. **Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamento ematerial pedagógico para a educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para a comunicação e monitoramento**.Brasília: MEC/SEESP, 2004, fascículo 2.

BRIZOLLA, F. **Para além da formação inicial ou continuada, a formação permanente: o trabalho docente cooperativo como oportunidade para a formação docente dos professores que atuam com alunos com necessidades educacionais especiais**.Universidade Federal do Paraná, setor litoral, 2009, V Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: formação de Professores em foco, São Paulo, SP.

BRUNO, M. M. G. **Deficiência visual: reflexão sobre a prática pedagógica**, São Paulo: Laramara, 1997. 124p.

BUENO, S. T. *Motricidade e Deficiência Visual* In: **Deficiência Visual: aspectos psicoevolutivos e educativos**. São Paulo: Santos, 2003. p 145 – 154.

CARVALHO,Rosita Edler.Escola Inclusiva – a reorganização do trabalho pedagógico.Porto Alegre: Mediação,2000.

CAVALCANTE, A. M. M. *A Educação Infantil e a Prontidão para o Aprendizado do Sistema Braille*. In: **Simpósio Brasileiro sobre o Sistema Braille**, 1. 2001,

Salvador: Anais... Salvador: Opção Gráfica, 2001. p. 28 – 32.

Declaração de Salamanca, 1994. Disponível em: <<http://www.cedipod.org.br/salamanca.htm>>. Acesso em: 15 março. 2012.

Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/leg.asp>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/leg.asp>>. Acesso em: 13 mar. 2012

FONSECA, Vitor da. Aprender e Reaprender – Educabilidade cognitiva no século XXI. São Paulo: Editora Salesiana, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa.** 31 Ed. São Paulo, SP. Paz e Terra (Coleção Leitura). 2005.

LÓPES, M. **Projeto Málaga: O que eu aprendi? Meu pensamento antes e depois do Projeto Roma,** 2003. Disponível em: <<http://WWW.adiron.com.br/site/index.php?pagee-inclusão>>. Acesso em 20 de agosto de 2012.

LUCKESI, C.C. Avaliação da Aprendizagem Escolar. Apontamentos sobre a pedagogia do exame. In. **Revista de Tecnologia Educativa**, ABT ano XX, n 101, jul/ago, 1998.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e posições.** São Paulo: Cortez, 2002.

MAKISHIMA, Edne A.C.; ZAMPRONI Eliete C.B. **Sala de Recursos Multifuncional tipol:** Pontos e contrapontos do atendimento pedagógico. Disponível em: <<http://www./view.php?id=9789>>. Acesso em: 09 de outubro 2012.

MANTOAN, M.T.E. Universidade estadual de Campinas Faculdade de Educação .Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino, 2004. disponível em: <<http://www.lite.fae.unicamp.br>>. Acesso em: 31 de agosto de 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO .MEC, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacaoeducadores.org.br/.htm>>. Acesso em: 28 de agosto 2012.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. **Problemas de aprendizagem identificados no cotidiano escolar: deficiência intelectual, dificuldades de aprendizagem e distúrbios de aprendizagem.** Curitiba: SEED?DEEIN, s/d - a.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Superintendência da Educação. Instrução nº 013/08** - SUED/SEED. Curitiba:SEED/SUED,2008.

PIAGET, J. **Inteligência Y afectividad**. Buenos Aires. Aique 2001.

SOUZA,F.S.M.; FIDELIS,G.S.F.: FURTADO,R.M.S. **A avaliação da aprendizagem e suas implicações no fracasso escolar: evasão e repetência** . Disponível em: <Erro! A referência de hiperlink não é válida.>. Acesso em 17 de outubro de 2012.